



QUANDO ELES VÃO AO PARLAMENTO

Parlamento
dos JOVENS
SECUNDÁRIO

O que

DISCUSSÃO | DEBATE | REFLEXÃO | ENCONTROS | BLOGUE

mudou

CAMPANHAS | DEPUTADOS | ENCONTROS | PARTICIPAÇÃO | CONVIDADOS

na nossa

DIVULGAÇÃO | EDUCAÇÃO | MESAS DE VOTO | ESPAÇOS INFORMATIVOS

escola

CONVIDADOS | AMBIENTE | REPRESENTATIVIDADE | | EVENTOS | ELEIÇÕES



1

Campanha eleitoral

A campanha eleitoral na escola contou com 3 listas (28 alunos). No âmbito da campanha diversas iniciativas se desenvolveram: sessões de esclarecimento, placares, um debate informal denominado “Vem tomar café connosco”, etc. No final, 290 alunos foram às urnas!



2

Debate

Iniciativas de debate cuja temática central foi a UE:

- Debate com deputados da Assembleia da República (AR), previsto pelo “Parlamento dos Jovens” ;
- Atelier com a jornalista Teresa de Sousa, dinamizado pelo Inst. De Estudos Estratégicos e Internacionais;
- “30 minutos com Carlos Coelho” – conversa com o eurodeputado



3

Sessão Distrital

A 26 de Fevereiro realizou-se a Sessão Distrital de Leiria. Nela participaram 13 escolas, ou seja, 39 deputados. As medidas aprovadas tratavam, entre outros assuntos, de mobilidade e igualdade de oportunidades, de cooperação empresarial e de formação e I&D. Foram eleitas para a Sessão Nacional as escolas secundárias de Leiria – Francisco Rodrigues Lobo e Domingos Sequeira e a Escola Sec. de Porto de Mós.



4

Imprensa

As actividades dinamizadas pela escola no âmbito e temática do “Parlamento dos Jovens” ganharam alguma visibilidade, sobretudo a nível da cidade. Os recortes acima dispostos referem-se, sobretudo, às actividades de debate.

28 e 29 de Abril

Das comissões ao Plenário Nacional



comissões | entrevistas | visita guiada | conferência de imprensa |
sessão plenária

QUANDO ELES VÃO AO PARLAMENTO...

Reportagem de Mariana Gonçalves Pereira

Não têm diploma, não estão nisto há anos, não têm carteira profissional. Ainda assim, cerca de 180 jovens, deputados e jornalistas, “invadiram” as portas da Assembleia da República (AR) nos dias 28 e 29 de Abril. Não, não foi uma Revolução. A razão: o “Parlamento dos Jovens 2008” (P. Jovens). Passadas as fases escolar e distrital/regional, chegara enfim, a Sessão Nacional. Os números desta iniciativa são merecedores de referência: 260 escolas envolvidas, 6360 alunos, 44896 alunos que votaram (nas Escolas), 1069 deputados eleitos para a fase distrital e, por fim, 60 escolas para a Sessão Nacional. O tema: “União Europeia: participação, desafios e oportunidades”. Um tema que chega durante a Presidência portuguesa na União Europeia, durante a aprovação do Tratado de Lisboa e, sobretudo, que chega a um país para o qual a Europa significa tanto e que significa tanto para a Europa. Recordem-se as palavras de Manuel Alegre: *Fomos europeus antes de a Europa o ser. Os primeiros europeus foram os navegadores.*

28 DE ABRIL

Trabalho nas Comissões

Neste primeiro dia, os deputados estariam divididos em 4 comissões. Aí trabalhariam toda a tarde com o propósito de aprovar um texto (projecto de recomendação), fruto do debate de cada um dos Projectos de Recomendação aprovados a nível distrital, a apresentar na Sessão Plenária. Os jornalistas teriam uma breve visita guiada à Assembleia e, durante a tarde, livre-trânsito. Passada a inércia inicial, cujos culpados seriam ou os nervos ou a estranheza do espaço, depressa o debate de ideias fluiu. As

comissões eram orientadas por deputados da AR: a 1ª por Ana Drago (BE) e Luiz Fagundes Duarte (PS); a 2ª por Nuno Magalhães (CDS-PP); a 3ª por Miguel Tiago (PCP) e Júlia Caré (PS); e a 4ª comissão, na sala do Senado, por Heloísa Apolónia (PEV) e Luís Rodrigues (PSD). Os jovens deputados foram confrontados com o que é o trabalho de comissão, fizeram-no de humor quase sempre apurado, resposta na ponta da língua e com uma atitude tão semelhante e tão diferente à dos adultos que, diariamente, trabalham

naquelas mesmas salas. Os deputados, esses iam moderando e orientando o debate, reagindo discretamente com um sorriso subtil às intervenções mais inteligentes, ousadas, entusiásticas ou contraditórias. Quase três horas de debate, de negociações, de discussões. Uma comissão após a outra, os quatro projectos de recomendação foram aprovados, as perguntas a fazer aos deputados da AR na Sessão Plenária do dia seguinte aprovadas também e as sessões dadas como encerradas. “Foi uma honra para nós” diz Luiz F. Duarte aos jovens, encerrando a sessão. “Isto é divertido...” ri-se a deputada Ana Drago para o colega de mesa. Passado

algum tempo, na porta ao lado outra reunião termina e alguns conselhos ficam no ar – “Não percam esta capacidade discutir, questionar, perguntar... Conto com vocês para daqui a algum tempo tomarem as rédeas” – diz Júlia Caré que é completada por Miguel Tiago – “Democracia não é só isto. Isto é uma visita de Estudo, democracia é todos os dias.”. Subindo as escadas encontramos Heloísa Apolónia e Luís Rodrigues também em despedidas: “Tive imenso gosto em ter estado aqui convosco” e “Boa sorte para as vossas vidas futuras”.



3ª Comissão



4ª Comissão

VISITA GUIADA Á ASSEMBLEIA

Sala das Sessões, Assembleia da República

Não podíamos estar na casa da Democracia sem estar, falando de forma prosaica, onde tudo acontece: na Sala das Sessões, inaugurada pelo monarca D. Carlos. Todos os jornalistas ocuparam os lugares da sala, ora mais à esquerda ora mais à direita, decerto sem conotações ideológicas propositadas. Analisamos a sala e depressa os olhos mostram não fugir à grande pintura de 1821, onde surge Manuel Fernandes Tomáz, figura incontornável do liberalismo vintista, fundador do Sinédrio e protagonista da Revolução de

1820. Depressa são perceptíveis também heranças da Revolução Francesa, veja-se por exemplo, o facto de os deputados se sentarem à esquerda ou à direita, dependendo da sua posição ideológica.

Fala-se da semana de trabalho dos deputados da AR, do comportamento deles (senso comum, questões protocolares, etc.) e, principalmente, do funcionamento desta casa que é, afinal, o órgão de soberania mais transparente do País.

29 DE ABRIL**Sessão Plenária**

Alvorada! O dia começou cedo. Os deputados ocupam os seus lugares na Sala do Senado, os jornalistas ligam as câmaras, os professores e diversos convidados sobem às galerias.

Solenemente, a mesa abre a Sessão Plenária na voz da Presidente Carolina Carvalho. Ao seu lado, na mesa, estão o Presidente da Assembleia da República Jaime Gama, o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto Laurentino Dias e o Secretário de Estado adjunto e da Educação Jorge Pedreira. Após breves palavras de cada um, destacando, de forma geral, a importância daquela Sessão e o facto de os jovens portugueses serem, inevitavelmente, jovens europeus.

Segue-se o período de questões respondidas pelos deputados da AR aos jovens, hoje também eles deputados. Respondendo aos “donos da pergunta” os, por analogia, “donos da resposta” foram Ana Drago (BE), Ana Zita Gomes (PSD), Heloísa Apolónia (PEV), Miguel Tiago (PCP), Luís Fagundes Duarte (PS) e José Paulo Carvalho

(CDS-PP). Política fiscal, política da saúde, Tratado de Lisboa, flexisegurança, alegada pouca credibilidade da classe política em Portugal, jovens na política, estes foram os principais assuntos, assumindo, por vezes, forma polémica.

O período que se seguiu foi de intenso trabalho e concentração. Propostas discutidas, alterações apresentadas, consensos obtidos, consensos não obtidos, assim foi ocupada a manhã e início de tarde dos jovens deputados. Sendo este um regime democrático empates, divergências e incompatibilidades não se escondem e acontecem. Também aqui existiram.

Horas depois e para alívio geral da Sala o Projecto de Recomendação do “Parlamento dos Jovens 2008” fora aprovado. Finalmente, o merecido almoço.



O que eles disseram...

“

A percentagem de mulheres neste P. Jovens é substancialmente superior à da AR, o que pode ser já um sinal de mudança.

Ana Zita Gomes

”



“

Aquilo que somos aqui [Assembleia] é o que o País é.

Luiz Fagundes Duarte

”



“

A ideia de que a pessoa tem um emprego quando acaba a formação e vai ficar lá para o resto da vida (...) é até um pouco “salazarenta”

José P. Carvalho

”



“

A política não pode ser vista como uma carreira (...) é uma missão pública.

Ana Drago

”



“

Não podem existir mecanismos artificiais de participação”

Heloísa Apolónia

”

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA COM ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

Os jornalistas do P. Jovens participaram, no dia 29, numa conferência de imprensa com o Presidente da Comissão da Educação e Ciência, António José Seguro.

Numa pequena sala, as dezenas de jornalistas presentes puderam colocar as questões preparadas com antecedência, na véspera ou, como aconteceu, no momento. Uma das primeiras perguntas relacionou-se com o motivo que nos levava a estar ali, o “Parlamento dos Jovens”. Perguntou-se então o que era feito àquelas medidas preparadas pelos “miúdos”. Seguro respondeu que no próprio site do parlamento existe a resposta às questões aprovadas no ano passado, pelo que são tomadas com bastante seriedade pela Comissão. Aproveitou também para **elogiar a qualidade das medidas que até aqui têm sido apresentadas – “não são utópicas, são de grande qualidade”**.



A questão da participação política dos jovens foi inevitável e quem a fez “roubou”, de certo, a pergunta a muitos outros dos jornalistas ali presentes. António J. Seguro interpreta o afastamento dos jovens como um afastamento à “maneira como funciona e como aos políticos fazem política”. Sublinha, contudo, que este afastamento não é exclusivamente da juventude, pois há, acredita, um **“alheamento geral da população”**. Contrariando a tendência actual, diz que “há determinados problemas que só se resolvem em

conjunto e com a participação de todos”. Falou-se, de seguida, do [insuficiente] associativismo, um problema “mais do que político, cultural”. Relembrando experiências da sua juventude Seguro afirma que “quando se quer, faz-se”. Daqui, e porque é tema central destes dois dias, parte-se para a **União Europeia**. O deputado afirma que também aqui não fazem e não sabem porque não se interessam e não procuram informar-se.

Os assuntos ocupantes da agenda nacional tiveram o seu papel de destaque: **acordo ortográfico, tratado de Bolonha, telemóveis na sala da aula**, entre outros.

Atentemos à constituição da sala: o Presidente da Comissão da Educação e muitos alunos. A escola e, mais precisamente, o abandono escolar, foram discutidos. Perante os altos níveis de abandono escolar que Portugal, ainda nos dias de hoje, apresenta, Seguro diz ser preciso saber porque é que aqueles alunos querem deixar de estudar. Na sua concepção de escola afirma que esta deve **“olhar para cada aluno não como um aluno mais, mas como um Francisco, um Manuel, um Joaquim, uma Teresa, que têm problemas ou potencialidades que devem ser trabalhadas o melhor possível para que possam sair da escola a saber.”**. Note-se também que Portugal é dos países onde a relação entre o abandono escolar e a pobreza é mais directa. Ainda relativamente à escola, fala-se da questão do “diploma” e da garantia (ou não) da aquisição de competências.

A conferência de imprensa termina com um apelo de Seguro advertindo que “a qualidade do processo democrático depende dos homens e mulheres que nele intervêm.”

PROCURÁMOS NOS CORREDORES...

- Existe, de facto, o tal défice de participação cívica de que tanto se fala agora?

- Não é apenas dos jovens, é da população em geral. A democracia portuguesa não criou mecanismos que permitam às pessoas participar e sentir que a sua participação tem efeito. Os jovens percebem que, às vezes, há uma certa “fantochada” de participação que não tem efeito.

- Acha que pode ser pelo facto de fora dos partidos políticos não existir muito espaço para participar?

- Sim, a política ficou muito reduzida ao espaço partidário.

- Qual é a resposta possível a essa situação? Associações cívicas?

- Uma das respostas centrais é que outros actores, que não os partidos, tenham capacidade de influenciar as decisões do país tomadas pelo governo, pelas autarquias... Criar mais espaços em que as pessoas possam participar. Quando digo participar, não é apenas serem ouvidas, é terem poder de decisão.



**ANA DRAGO
(BE)**



“É muito importante que diferentes tipos de pessoas e de diferentes gerações possam participar na política (...)”

Não se pode circunscrever o poder de decisão apenas a instituições como a Assembleia da República que são, de facto, muito fechadas.

- Considera importante a renovação das bancadas parlamentares com gente mais jovem? Temos, embora escassos, já alguns exemplos (José Soeiro, Ana Zita Gomes, a própria Ana Drago...)

- É muito importante que diferentes tipos de pessoas e de diferentes gerações possam participar na política, sobretudo por terem uma visão diferente do país.

- Ficou satisfeita com a reunião desta Comissão?

- Fiquei muito satisfeita! Embora tenha a sensação de que às vezes precisamos de um bocadinho mais de substância do que são os problemas da juventude hoje. São, sobretudo, o fantasma do desemprego.

- Existe, de facto, o tal défice de participação cívica de que tanto se fala agora?

- Independentemente de compreender e partilhar das opiniões do Sr. Presidente da República (PR), esta sessão constituiu, para mim, uma réstia de esperança e uma boa notícia.

- Estes jovens constituem uma excepção à regra?

- Provavelmente, o problema está aí!

- Acha que pode ser pelo facto de fora dos partidos políticos não existir muito espaço para participar?

- Eu julgo que não é, aliás, têm aparecido nos últimos tempos bastantes movimentos. Julgo que tem de existir, por parte de todos, e quando digo todos não são só os partidos políticos, uma capacidade de mobilizar toda uma sociedade para motivar os jovens e fazê-los sentir que, de facto, participam.



**NUNO
MAGALHÃES
(CDS-PP)**



“...esta sessão constituiu, para mim, uma réstia de esperança e uma boa notícia.

- De onde vem essa mobilização? Da escola?

- Vem da escola e do projecto educativo que se tem ou não. Não é possível fazer os jovens responderem àquelas perguntas [perguntas do estudo encomendado pelo PR] quando a História se dá tão poucas vezes por semana.

- O sistema educativo não está de acordo com o que se espera, como cidadãos, dos jovens?

- Ainda há muito a fazer no sistema educativo português e este é um problema estrutural. No entanto, penso que os jovens estão interessados. Têm, ainda assim, de ser motivados e chamados a participar e, se assim for, darão contributos como hoje!

- Está satisfeito com a reunião desta Comissão?

- Estou surpreendido, satisfeito e orgulhoso!

- O que achaste, de forma, geral do Parlamento dos Jovens 2008?

Relativamente ao projecto Parlamento dos Jovens nesta edição de 2008, achei que, tal como o ano passado, teve bastante sucesso, e isso é algo que podemos ver se analisarmos o número de alunos que votaram nas escolas por todo o país. Posto isto, podemos dizer que foi mais um ano em que os alunos deram um pouco do seu tempo de estudo e dedicaram-no a este projecto que tantos benefícios nos pode trazer. Ao nível mais interno, o projecto teve algumas lacunas no regimento. No entanto, tanto eu como os deputados, tivemos oportunidade de mostrar o nosso “desagrado” preenchendo um questionário. Mas volto a realçar que foi mais um segundo ano do projecto “P. Jovens” muito bem sucedido!

- Qual é a tua opinião sobre as propostas que constituem o projecto de recomendação final e até que ponto algumas delas serão concretizáveis?

Quanto às propostas que constituem a recomendação final aprovada por aclamação na sessão nacional, na minha opinião há algumas medidas que podem ter maior sucesso na concretização que outras. No entanto, penso que esta pergunta é um pouco dúbia, uma vez que não sabemos o futuro, e talvez aquelas que achamos que sejam mais improváveis de pôr em prática sejam as com maior possibilidade de serem concretizáveis. Prefiro dizer que, se foram aprovadas por todos os deputados, foi porque todos tivemos e temos esperança que sejam concretizáveis.



CAROLINA CARVALHO
Presidente da Mesa



“Pessoalmente, acho que os jovens não são assim tão desinteressados como dizem, penso que talvez não tenham espaço e poder suficientes para serem ouvidos pelos verdadeiros deputados, o que leva a que se torne ingrata a sua participação.”

- No teu dia-a-dia reparas na tão falada fraca participação dos jovens pela política? Que razões apontas para explicar esse facto?

Quanto à fraca participação dos jovens na política que foi, sem dúvida, um tema que marcou a sessão nacional do “P. Jovens”, mais especificamente no espaço de perguntas aos deputados. Pessoalmente, acho que os jovens não são assim tão desinteressados como dizem, penso que talvez não tenham espaço e poder suficientes para serem ouvidos pelos verdadeiros deputados, o que leva a que se torne ingrata a sua participação. No entanto, este problema parece ter à vista algumas soluções, a começar por este programa que tem tido, a cada ano que passa, uma maior adesão.

- Se a presidente da mesa também pudesse fazer uma pergunta aos deputados qual seria?

A minha pergunta aos deputados seria: Como podem os jovens de hoje acreditar na política e nos seus praticantes estando eles num nível de descrédito e de desconfiança tão elevados?

- Alguma vez consideraste a política como carreira?

Ao longo do projecto não nego que a política passou a fazer parte dos meus planos no que toca à vida futura... Também fez com que as minhas escolhas ao nível do curso universitário se alterassem.

- Pertences a alguma juventude partidária?

Não pertenço a nenhuma juventude partidária, acho que ainda não chegou o momento certo para decidir.

Os deputados à Sessão Nacional de 2008 do Parlamento dos Jovens recomendam à Assembleia da República a adopção das seguintes medidas:

1. Apostar no **crescimento económico baseado num forte investimento no capital humano**, fruto da implementação de um **sistema educativo europeu** que desenvolva a criatividade e a cultura do cidadão, de forma a fundamentar a economia no saber e na qualificação nas novas tecnologias, investigação e inovação.
2. Criar um **organismo laboral europeu** que proporcione uma conjuntura favorável e atractiva à mobilidade e à assistência de trabalhadores na União Europeia, nomeadamente através do Europass, para todos os que se candidatem a um emprego, tanto no seu país de residência como em qualquer outro Estado-membro.
3. Viabilizar medidas/comportamentos generalizados de protecção do ambiente e de desenvolvimento sustentável em todos os países da UE, com vista à criação de um **projecto de educação ambiental nas escolas a partir do ensino préprimário/ básico**, comum a todos os países da União Europeia, que seria integrado em disciplinas já existentes.
4. Complementar as disciplinas de Estudo do Meio (no 1º ciclo) e de Formação Cívica (nos 2º e 3º ciclos) com um **conteúdo programático “Cidadania para os Europeus”**, tendo por objectivo formar cidadãos conscientes dos diversos temas relacionados com a União Europeia.
5. **Uniformização dos programas curriculares** das disciplinas de ciências experimentais e exactas, e uma equiparação geral dos programas curriculares dos diversos sistemas de ensino, através de sistemas de **paralelismo pedagógico**, facilitando também a avaliação externa no espaço europeu.
6. Constituição de uma **comissão de especialistas em matéria ambiental**, representantes dos diferentes Estados-membros. Numa primeira fase, seria elaborado um relatório pormenorizado sobre as potencialidades energéticas dos diferentes países europeus e estipuladas as metas a atingir, propondo-se, ao Conselho da União Europeia, um plano de acção exequível para cada um dos países. O cumprimento do plano de acção deveria ser monitorizado, com reserva do direito de aplicação de sanções aos países que não cumpram os seus objectivos.
7. Criação de **normas ambientais rigorosas**, através da criação de um **protocolo ao nível da União Europeia**, que leve os principais sectores económicos, sem excepção, a reduzir emissões de gases com efeitos de estufa e viabilize o aumento, para 40% até 2020, da percentagem de consumo de energias renováveis, através da instalação de centrais eólicas e painéis solares. Este protocolo visará a atribuição de benefícios para os países cumpridores e de sanções para os não cumpridores.
8. **Criação e divulgação de projectos/programas de intercâmbio estudantis e profissionais, de voluntariado e de encontros europeus**, facilitando o financiamento e a sua promoção, com o objectivo de garantir um melhor conhecimento do tecido cultural dos países que são hoje “os nossos vizinhos europeus”, garantindo-se desta forma um aproximar na diversidade.
9. Adopção de medidas, pela UE, que vinculem os Estados Membros e que visem a **atribuição de benefícios fiscais** (redução do IRC) às **pequenas e médias empresas**, mas antes visando uma avaliação da consistência do projecto e do nível de competitividade em relação à UE, na criação de postos de trabalho, de médio e longo prazo, com carácter vinculativo, para jovens à procura do **primeiro emprego, desempregados de longa duração e portadores de deficiência**, bem como a criação de sistemas de cooperação baseados em benefícios mútuos entre a UE, os Estados e empresas
10. Reestruturação e maior investimento no Ensino Secundário, numa primeira fase, para posteriormente **uniformizar o método de candidatura ao Ensino Superior**, optando-se pelo método de candidatura mais viável, tendo em conta as diferenças culturais mas combatendo as diferenças de graus e formação académica.
11. Criação de **Diplomas Universitários Europeus** cujo reconhecimento seja de todos os Estados Membros da União Europeia, no que respeita à internacionalização
12. Criação de um programa especializado que disponibilize aos professores e empresas a **informação necessária para uma melhor integração das pessoas portadoras de deficiência**, promovendo a igualdade.
13. Criação de uma **temporada europeia com diversas actividades de cariz interventivo e partilha de culturas dos vários membros**, em diversos pontos da União Europeia, em que se promovam os valores e línguas da União Europeia, bem como a criação de um **fórum on-line** onde se possam partilhar informações da forma mais rápida e eficaz.
14. Incentivar a **criação do próprio emprego em áreas amigas do ambiente** de acordo com as potencialidades de cada país da União tendo em conta o desenvolvimento sustentável.
15. Promoção de condições que permitam uma **maior informação aos cidadãos europeus**, tendo em vista um maior incentivo à proximidade entre as instituições europeias e os seus cidadãos.
16. Implementação, na União Europeia, de **medidas de segurança social**, nomeadamente apoios na doença, velhice ou outras incapacidades, **garantia de acesso à saúde e à educação** (cursos profissionais), contemplando uma maior **eficiência na gestão dos fundos de coesão** atribuídos no sentido de **erradicar a pobreza**.
17. Criação, nas instâncias comunitárias, de um departamento **para as Regiões Ultraperiféricas**, composto pelos eurodeputados e líderes regionais, com competência para emitir parecer vinculativo sobre as medidas a implementar nestas regiões, permitindo uma maior interacção entre elas, contribuindo, assim, para uma diminuição das assimetrias.
18. Aposta nas **indústrias de ponta**, investindo-se simultaneamente em **formação e em investigação** e desenvolvimento (pólos de investigação), tornando a União Europeia mais competitiva e reduzindo o desemprego, com recurso a parcerias entre os governos, as universidades e as empresas, criando-se, assim, novas oportunidades para os cidadãos europeus.